CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA FLORIANÓPOLIS, JULHO DE 1987

Você quer assinar esta carta?

Se você é contra: lobbies,
o monopólio das comunicações,
a censura, as concessões
clientelistas de canais...
Assine a proposta de dispositivo
constitucional dos profissionais
de comunicação. A liberdade
de expressão agradece

Na página dois

DROGAS

Quatro visões de um problema eterno

Na central





Iom Mix inspira combate aos tóxicos



7A = : (0

Jornal laboratório do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Santa Catarina

Edição e supervisão: Professores Henrique Finco, Sonia Maluf e Ricardo Bar-

Textos: Dauro Veras, Maria Cristina Yoshizato, Monique Van Dressen, Denise Bezerra, Caê G. de Castro, Paula Remisio, Carlos Locatelli, Maria Teresa Cordeiro, Milene Corrêa, Francisco Lins, Clarissa Santos, Ana Lavratti, Rubens Chaves Vargas e Analú Zidko Fotografia: Carlos Au-

gusto Locatelli

Ilustração: Frank Maia Diagramação: Carol Pereira, Monique Van Dressen, Ney Pacheco, Ivan Santos, Marcos Cardoso e Simone

Edição gráfica: Ricardo

Montagem: Vauremberg Composição e impressão: Empresa Editora O **ESTADO**

Correspondência: Caixa Postal 472, Departamento de Comunicação e Expressão, Curso de Jornalismo, Florianópolis, SC

Telefone: (0482) 33-9215 Telex: (0482) 240 BR Distribuição gratuita Circulação dirigida

Liberdade de expressão!

E o que quer o País: ampla e irrestrita

"A democratização dos meios de comunicação é condição fundamental para a construção de um regime efetivamente democrático no Brasil, em que os diversos segmentos da sociedade, independente de suas convicções políticas, possam livremente se expressar. Queremos garantir o pluralismo e preservar a diversidade cultural. Queremos por fim à censura, inclusive àquela determinada pelos donos dos jornais, revistas, rádios e televisões. Queremos que a informação deixe 'A democratização dos vistas, rádios e televisões. Queremos que a informação deixe
de ser tratada como se fosse
uma mercadoria e passe a ser
encarada como um bem social.
Queremos que a liberdade de
expressão no Brasil não se limite à liberdade que os empresários de comunicação têm de defender seus próprios pontos de
vista. Queremos garantir o amplo acesso aos veículos de comunicação e a participação direta dos setores organizados da
sociedade civil na definição de
uma política democrática de comunicação".

E assim que a Federação Na-

uma política democrática de comunicação".

E assim que a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) introduz sua proposta de dispositivo constitucional, apoiada por diversas entidades representativas da sociedade, que dispõe sobre "o direito à comunicação, a natureza e o acesso aos veículos de comunicação e cria o Conselho Nacional de Comunicação". A proposta introduzida em parte, no relato da subcomissão, necessita agora do apoio da sociedade civil, representada na campanha de assinaturas que lançamos aqui para ser enviada à Assembleia Nacional Constituinte até os primeiros dias de agosto. Em Florianópolis você pode procurar a lista no Curso de Jornalismo (UFSC). A seguir transcrevemos a integra da proposta de dispositivo constitucional:

1 - Do direito à comunicação Art. - A comunicação é um bem social e um direito funda-

Art. - A comunicação é um bem social e um direito funda-mental da pessoa humana e a garantia de sua viabilização é uma responsabilidade do Esta-

Art. - Todo cidadão tem direito, sem restrições de qualquer natureza, inclusive do Estado, à liberdade de opinião e expressão e este direito inclui a liberdade de procurar, receber e transmitir informações e idéias por qualquer meio.

Art. - Aos cidadãos, através de instituições representativas é assegurado o direito de participar da definição das políticas de comunicação.

Art. - A comunicação deve estar a serviço do desenvolvimento integral da Nação, da eliminação das desigualdades e injustiças e da independência económica, política e cultural do povo brasileiro.

Art. - A imprensa, o rádio, a televisão, os serviços de transmissão de imagens, sons e dados por qualquer meio, serão regulados por lei, atendendo as suas funções sociais e tendo por objetivo a consecução de políticas democráticas de comunicação no País.

Art. - Fica definido que os serviços de telecomunicações e de comunicação postal são monopólio estatal, tendo como princípio o atendimento igual a todos.

II - Da natureza dos Veículos de Comunicação

II - Da natureza dos Veiculos de Comunicação
Art. - Os veículos de comunicação, inclusive os meios impressos, serão explorados por fundações ou sociedades sem fins lucrativos.
Art. - A administração e a orientação intelectual ou comercial das pessoas jurídicas men-

cial das pessoas jurídicas men-cionadas neste artigo são privativas de brasileiros natos.

III - Do Conselho Nacional

de Comunicação
Art. - Fica instituído o Conselho Nacional de Comunicação, com competência para estabelecer, supervisionar e fiscalizar políticas nacionais e comunicação, abrangendo as áreas de imprensa, rádio, televisão e serviços de transmissão de imagens, sons e dados por qualgens, sons e dados por qual-

gens, sons e dados por qualquer meio.

Art. - Compete ao Conselho
Nacional de Comunicação a outorga, renovação e revogação
das autorizações e concessões
para uso de frequência e canais
de rádio e televisão e serviços
de transmissão de imagens,
sons e dados por qualquer
meio.

meio.
Art. - O Conselho Nacional de Comunicação é composto por 15 (quinze) brasileiros natos em pleno exercício de seus di-

reitos civis, sendo 2 (dois) repre-sentantes de entidades empre-sariais, 5 (cinco) representantes de entidades representativas de profissionais da área de comu-nicação, 7 (sete) representan-tes de entidades de categorias profissionais e de setores popu-lares e 1 (um) representante de instituição universitária.

profissionais e de setores populares e 1 (um) representante de instituição universitária.

Art. - As entidades integrantes do Conselho Nacional de Comunicação serão designadas pelo Congresso Nacional, para mandato de 2 (dois) anos observado o previsto em lei.

Art. - Os representantes das entidades integrantes do Conselho Nacional de Comunicação não poderão exercer mais de um mandato consecutivo.

Art. - Para viabilizar o desempenho das funções do Conselho Nacional de Comunicação, a União destinará ao órgão uma parcela da arrecadação de impostos e taxas previstos em lei.

Art. - O Conselho Nacional

Art. - O Conselho Nacional de Comunicação poderá fazer repasses do seu orçamento aos orgãos de execução e fiscalização que, na forma da lei, forem criados para implementar suas decisões

Art. - Ficam criadas as se-ções estaduais do Conselho Nacional de Comunicação, em cada unidade da Federação, in-tegradas por 15 (quinze) brasi-leiros natos em pleno exercício de seus direitos civis, indicados por entidades da mesma natu-reza das integrantes do Conse-lho Nacional, a serem designa-das pelas Assembléias Legisla-tivas para um mandato de dois anos.

Art. - Compete às seções estaduais do C. N. de C., a supervisão e fiscalização da execução das políticas de comunicação em âmbito regional.

Art. - A lei regulamentará as atribuições e o funcionamento do C. N. de C., bem como os critérios da função social e ética do rádio e da televisão.

IV - Da Democratização e Acesso aos Veículos de Comunicação
Art. - Em cada órgão de imprensa, rádio e televisão será constituído um Conselho Editorial, com membros eleitos pelos profissionais de comunicação, imcumbido de definir a linha de atuação do veículo.

atuação do veículo.

Art. - Os partidos políticos, as organizações sindicais, profissionais e populares, têm direito

à utilização gratuíta da impren-sa, do rádio e da televisão, se-gundo critérios a serem defini-dos por lei.

Art. - É garantido a qualquer cidadão ou entidades, o direito de resposta, na forma da lei.
Art. - Nos periodos eleitorais os partidos têm direito a tempos de utilização do rádio e da televisão, regulares equitativos, na forma da lei.

V - Dos Serviços de Radio-

v - Dos Serviços de Hadio-difusão.

Art. - Dependem de conces-são ou autorização da União, outorgadas em caráter precário, através do C. N. de C., atendi-das as condições previstas em

leit
§ - O uso de freqüência de rádio e televisão.
§ - A instalação e o funcionamento de televisão direcional e por meio de cabo.
§ - A instalação e o funcionamento de outros serviços de transmissão de imagens, sons e dados por qualquer meio.
§ - A retransmissão pública, no território nacional, de rádio, televisão e dados via satélite.

Art. - O Conselho Nacional de Comunicação mandará pu-blicar, anualmente, as freqüên-cias disponíveis em cada unida-de da federaçã e qualquer um poderá provocar a licitação.

poderá provocar a licitação.

Art. - As concessões ou autorizações só poderão ser suspensas por sentença fundada em infração definida em lei, que regulará o direito à renovação.

Art. - Com a finalidade de impedir a concentração de propriedade dos meios de comunicação, fica estabelecido que cada concessionário podera ser títular de apenas uma autorização ou concessão para execução de serviços de rádio, televisão e serviços de transmissão de imagens, sons e dados por qualquer meio.

Art. - Os concessionários que

Art. - Os concessionários que Art. - Os concessionários que acumularem mais de uma autorização ou concessão para execução de serviço de radiodifusão deverão optar pela execução de um dos serviços objetos de autorização ou concessão, devendo os demais ficar disponíveis para redistribuição através de licitação pública.

Art. - Fica vedado o controle indireto das autorizações e con-cessões para execução de ser-viços de radiodifusão por tercei-

FENAJ protesta contra a censura

CARLOS LOCATELLI

Utilizando mecanismos da ditadura militar, o governo federal vem coibindo o trabalho da imprensa na cobertura da Assem prensa na cobertura da Assembléia Nacional Constituinte. A censura voltou com força total, impedindo entrevistas, dificultando o trânsito de jornalistas no Palácio do Planalto e discriminando noticiários veiculados pela Radiobrás e Funtevê. O próprio presidente da República engajou-se nessa campanha, engajou-se nessa campanha proibindo o acesso dos jorna-

listas credenciados ao terceiro andar do Palácio do Planalto.
As pressões não se limitaram às estações do governo, mas também a emissoras privadas, visando principalmente os programas de debates políticos.

A Federação Nacional dos logalistas através de seu pre-

Jornalistas, através de seu pre-sidente Armando Rollemberg, e Carlos Max Torres, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal, enviaram um telex ao presidente Sarney exigindo o fim da censura. No texto, as entidades relatam casos como o do jornalista Carlos Chagas, que teve sua participação no programa Jornal da Constituinte vetada

pelo presidente da Raiobras Sob o tema noticia a favor, os debates foram proibidos pela Radiobrás, que, inclusive, res-cindiu o contrato que mantinha com a Apoio Video, produtora do Jornal da Constituinte. A TV Educativa não foi poupada, e seu programa de debates 1987, foi suspenso por ordem direta do ministro da Educação, Jorge Bornhausen. Outra denúncia relatada do telex, foi a de que o programa *Opinião Pública*, da TV Brasília, cancelou uma en-Brasilia, cancelou uma entrevista programada com o ge-neral Andrada Serpa, cedendo a ameaças de corte na publici-dade, feitas diretamente pelo titular da Secretaria de Comuni

cação Social da Administração Federal. O jornalista Mino Car-ta, da TV Record, numa atitude de coragem e dignidade profis-sional, demitiu-se ao ser infor-mado das pressões feitas por Antonio Carlos Magalhães, mi-nistro das Comunicações, junto à direção da empresa, para cen surar o programa Jogo de Cartas por ele dirigido.

O texto finaliza condenando as atitudes dos falsos jornalistas que se travestem de censores e exige uma total transparência dos atos governamentais, con-dição básica para a democracia que todos querem ver instaura

"Só temos liberdade de empresa"

Lobby derruba tentativas dos jornalistas por uma imprensa livre

DAURO VERAS

"O governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, pressionou dois deputados a mudarem o voto, para derrubar o projeto de democratização dos meios de comunicação na Constituinte", denunciou o presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Armando Rollemberg, que esteve em Florianópolis no dia 2 de junho a convite do Movimento de Oposição Sindical M.O.S. dos Jornalstas.

Apresentada à subcomissão de comunicação social da Assembléia Constituinte pela deputada Cristina Tavares Correia (PMDB-PE), a proposta é baseada na seguinte premissa: a informação deve ser considerada como um bem público, não devendo ser manipulada como

mercadoria. O interesse coletivo deve se sobrepor ao intersse particular, ele foi elaborada pela Fenaj e pela Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação, após ampla consulta aos vários segmentos da sociedade e à categoria.

"O governador de Minas ameçaçou os deputados federais Aloísio Vasconcelos e Roberto Vital (ambos do PMDB de MG), dizendo que se eles não votassem conra o projeto, veriam rolar cabeças — as suas mesmo. Com isso modificaram a postura anunciada de apoio à proposta, e ela foi derrotada", disse Rollemberg. Ele citou também quatro constituintes que votaram contra, em causa própria, por serem proprietários de meios de comunicação em massa: José Elias (PTB-MLS), Arnoldo Fioravante (PDS-SP), Rita Furtado (PFL-RO) e José Carlos Martinez (PMDB-PR).

ARMA POLÍTICA

A proposta que foi rejeitada pela subcomissão tem basicamente cinco pontos. O primeiro deles é a criação do Conselho Nacional de Cominicação Social, com 15 integrantes oriundos de entidades civis, designados pelo Congresso Nacional. Este Conselho teria o mandato de dois anos e a atribuição de definir a política para o setor, inclusive passando a ter a prerrogativa de conceder canais de



Rollemberg: mais assinaturas

rádio e televisão — o que atualmente é privilégio do presidente da República. "A concessão tem que deixar de ser moeda de tráfico político", diz o presidente da Fenaj, lembrando que o presidente João Figueiredo, em seu governo, destinou 40% das concessões de rádio e TV do país a grupos que pouco ou nada têm a ver com os interesses populares. Um exemplo claro é Tarcísio Maia, representante da poderosa oligarquia Maia, do Rio Grande do Norte. Ele ganhou oito concessões de rádio, como forma de favorecimento político.

Outro ponto é a desconcentração da propriedade no campo das comunicações. Nenhuma pessoa física ou jurídica poderia ter a concessão de mais de uma canal de rádio ou TV. Isto traria uma série de vantagens, como o combate à massificação, e uma maior ênfase aos valores regionais, também diminuindo o poder de manipulação de informações. "Não faz sentido uma pessoa do interior de Pernambuco falar com sotaque de Ipanema", acha Rollemberg. Ele ressalta que a intenção não é impedir a trasmissão em rede—fato inevitáel em um país de dimensões continentais como o Brasil— e sim desconcentrar a propriedade no setor, favorecendo as transmissões regionais.

Sobre as rádios livres, a Fenaj não tem posição oficial, mas acredita que, dentro de uma política de democratização, é preciso que a sociedade tenha acesso a elas. "Isto teria que ser regulamentado, é óbvio. Uma rádio livre funcionando ao lado de um aeroporto, por exemplo, poderia interferir de forma perigosa com as operaçõs de vôo".

SATÉLITE

O projeto prevê a criação de conselhos editoriais em todos os meios de comunicaçã de massa, de forma que os profissionais da área possam discutir e deliberar sobe a linha do veículo. "No existe liberdade de imprensa no Brasil, e sim de em-

presa", diz o jornalista. Esses conselhos editoriais ficariam responsáveis pelo processo de produção e difusão de informação, impedindo que a mesma fosse manipulada.

Outro item importante: o direito de antena, ou seja, a ampliação do direito de resposta a todo cidadão que se sinta atingido por informações divulgadas por veículos de comunicação de massa. A resposta poderia ser transmitida da mesma forma, com o mesmo destaque.

O quinto ponto é o monopólio estatal dos sistemas postais, de telecomunicações e de satélites. Rollemberg chama a atenção para o fato de que dois grandes grupos — a Rede Globo e o Bradesco estão fazendo manobras para conseguir a privatização do uso dos satélites de comunicação, e isto é um atentado à segurança nacional.

O projeto foi derrotado na subcomissão de comunicação, mas a luta prossegue. A intenção da Fenaj e da Frente é leválo às ruas o mais rápido possível, e recolher assinaturas para reapresentar proposta no plenário da Constituinte. Resta agora mobilizar a sociedade, despertando as pessoas para a importântica vital da democratização da comunicação. Vamos torcer para que os "representates do povo" não se prostituam mais uma vez.

Crise no Sul demite mais de 600

A imprensa do Rio Grande do sul está atravessando uma crise bastante séria, e corre-se o risco do agravamento do mono-pólio da informação nas mãos da RBS (Rede Brasil Sul de Comunicações), grupo poderoso cuja televisão é afiliada à Rede Globo. Mais de 600 profissionais já foram demitidos pelas cinco principais empresas gaú-chas - Grupo Caldas Júnior, Re-de Pampa, RBS, Rede Bandei-rantes e TV Educativa. A situação em Porto Alegre é tão grave que os sindicatos dos jornalistas, radialistas e administrativos agora transformados em um sindicato único - estão apelando aos empresários e anunciantes desses veículos para que man-dem telegramas aos proprietá-rios exigindo a manutenção da qualidade da programação, já que disso depende a audiência do público, e a venda de seus próprios produtos anunciados.

Uma das providências mais radicais foi tomada pela direção da Caldas Júnior, que edita o Correio do Povo e detém a Rádio e a TV Guaíba. O proprietário, Renato Ribeiro, *inovou* totalmente, reduzindo o tamanho do centenário Correio do Povo, que era standard, para um ta-blóide com 16 páginas, três centimetros menor que o tamanho oficial, nas cores azul e preto. Além disso, iniciou a distribui-ção gratuita de 200 mil exemplares a seus assinantes, e a meta é chegar a um milhão. O Correio do Povo também está sendo vendido em algumas bancas, pela metade do preço dos outros jornais. Mais de 60 jornalistas já foram demitidos com a mudança, e os progra-mas de produção local da TV Gualba - inclusive os de jorna-lismo - foram extintos. O telejornal agora se limita à leitura de telex vindos de agências de

A crise no RS reduz os anúncios. Os jornais cortam as vagas. Retorna o fantasma do monopólio

agora tablóide

notícias, e teipes cedidos pelo governo do estado. A Rede Pampa, que investiu

A Rede Pampa, que investiu em programação jornalistica há pouco mais de um ano, tanto na TV como no rádio, empregando cerca de 100 novos pro-



fissionais, simplesmente decidiu fechar o departamento de jornalismo da rádio. A alegação? Prejuízo mensal de Cz\$ 1 milhão, por causa dos juros bancários. Somente na redação do jornal Zero Hora, que é o de maior tiragem e maior número de leitores, 20 repórteres já foram para a rua. O Diário do Sul, editado pela Editora Gazeta Mercantil é o único que não demitiu ninguém até agora, mas os salários vêm sofrendo atrasos.

A crise ameaça se alastrar a Santa Catarina e a outros estados. Promover a alta rotatividade de jornalistas com um baixo piso salarial de ingresso, este é o principal objetivo das grandes empresas. Elas pretendem economizar demitindo mais gente, e aproveitando-se do grande número de desempregados para pagar cada vez menos a quem estiver entrando. Uma das lutas prioritárias da categoria, hoje, é pela estabilidade de emprego, concessão que está sendo difícil de arrancar na mesa de negociações, e tampouco o será na Justiça.

Jornalismo quer mais espaço e equipamentos

MARIA YOSHIZATO

O Curso de Comunicação Social —, habilitação em Jornalismo, da Universidade Federal de Santa Catarina apresenta carência de equipamentos conforme a Resolução de fevereiro de 84 do Conselho Federal de Educação que determina janeiro de 87 como data limite para que todos os cursos de Jornalismo estejam totalmente equipados.

A necessidade de quipamentos e espaço físico corresponde à quantidade de alunos por sala de aula. Com a implantação do novo currículo, é substancial o aumento das necessidades de material e equipamentos. Mas também é significativo ao aumento qualificativo no ensino teórico e prático na área de Jornalismo.

A lista de materiais e equipamentos técnicos para completar a Resolução de 02/84 é grande. No Laboratório de Fotografia são necessárias 10 câmeras fotográficas de 135mm com flash eletrônico que custam cerca de Cz\$ 22 mil cada. Além de 10 ampliadores fotográficos com as respectivas lanternas e banheiras (Cz\$ 7 mil cada conjunto), uma teleobjetiva de 40mm por Cz\$ 6 mil e um projetor de diapositivos com sincronizador de som e imagem por Cz\$ 10 mil.

O Laboratório de Radiojornalismo precisa de uma mesa de som com seis canais (no mínimo, Cz\$ 10 mil) e dois gravadores de som - Cz\$ 4 mil cada. Para a disciplina de Planejamento Gráfico são necessárias vinte pranchetas (Cz\$ 1.500) e oito mesas luminosas para visão de transparências (Cz\$ 3 mil cada). Para a aula de Redação são necessárias 30 máquinas de escrever que custam em torno de Cz\$ 5.200 a unidade.

O total de verbas previstas para a compra destes equipamentos técnicos situa-se ao redor de 5300 OTN (1 milhão 335 mil e 600 cruzados). Cobras-se em OTNs devido à inflação galopante

O Laboratório de Telejornalismo já é outro problema grave do curso pois são necessários mais de US\$ 119 mil (Cz\$ 4.5 milhões) para comprar os equipamentos. Para se equipar um laboratório é necessário: uma câmera portátil, duas ilhas de edição, um programador de edição, três gravadores portáteis, cinco conjuntos de iluminação para ligação em corrente alternada, microfones para gravação externa e interna, monitores para o trabalho nas ilhas de edição, televisores, tripés para câmera entre outros materiais, o mínimo para garantir o funcionamento. A verba estava aprovada denro do Programa Nova Universidade mas foi suspensa. Em virtude disto soliciou-se adicionar o valor de US\$ 119.500,00 ao Cz\$ 1.335.600,00 destinados pela Comissão de Especialistas do MEC à UFSC para equipar o curso.

Atualmente, os alunos da terceira fase editam suas reportagens na ACARESC e os da sétima fase, na produtora independente EVO. Enquanto o laboratório do curso não vem, se é que vem.

Cinema de SC vira tema de livro

MONIQUE VAN DRESSEN

Está em fase de revisão na Imprensa Universitária "O Cinema em Santa Catarina" um dos primeiros livros abordando cinematografia do Estado. Feito em co-edição pela dando cinematografía do Estado. Feito em co-edição pela UFSC e Embrafilme, a idéia surgiu de uma pesquisa feita por alunos do curso de Jornalismo, que em 84 promoveram a 1º Mostra de Cinema Catarinense e lançaram a criação de uma Cinemateca. A mostra foi divulgada pelos jornais locais e, atráves da revista Lux, que re-publica textos sobre cinema, a Embrafilme tomou conhecimento do trabalho e interessousse por sua publicação. interessou-se por sua publicação.

Desde o ano passado a pesquisa dos estudantes Andréa Grossenbacher, Zeca Pires, Maria Nesi, Norberto Depizzolatti e Sandra Araújo vem sendo atualizada e o seu texto adaptado para a edição do livro. Taiana Oliveira, Beth Bieging e Simone García colaboraram na nova versão e finalmente o livro vai sair.

Através de pesquisas em todo o Estado e na Cinemateca de Curitiba mostrou-se, na primeira parte do livro, uma história do nosso cinema, desde as primeiras produções amadoras (principalmente filmes mudos feitos por imigrantes no início do século) até produções mais recentes. A segunda parte aborda, "O Preço da Ilusão", primeira experiência catarinense em longa-metragem. Feito em 1957 pelo Grupo Sul, nosso primeiro longa tem valor documental e histórico, porque mostra uma Florianópolis que não existe mais. Suas cópias foram perdidas restando na Cinemateca Brasileira cópias foram perdidas restando na Cinemateca Brasileira

apenas seus quinze minutos finais e toda a banda sonora.

Produzido por Armando Carreirão, "O Preço da Ilusão"
não recebeu o certificado de qualidade, que obrigaria a sua exibição, e acabou dando prejuízo. Para cobri-lo, Carreirão teve que produzir cine-jornais e documentários, montados em São Paulo o exibidos em Santa Catarina. dos em São Paulo e exibidos em Santa Catarina.

Para agradar os cinéfilos mais bairristas ou recordar os tempos em que assistir cinema era "o melhor" programa, o livro conta que Paulo Emílio e outros tantos críticos, cineastras e artistas conheceram o "Cinema Novo" ali, no cine Ritz! A primeira Semana do Cinema Novo foi patrocinada pelo Gabinete de Relações Públicas e pelo extinto Grupo Sul.

A terceira parte do livro narra a atuação do Grupo Universitário de Cinema Amador, (Guca) que continuou o trabalho na área de ficção, aberta por "O Preço da Ilusão". O GUCA produziu cerca de seis curtas, dos quais os mais conhecidos são "O Novelo", "Via Crucis" e "Olaria". A produção atual, dos anos setenta para cá, foi dividida em fases, e a quarta parte do livro contém as sinopses das principais produções: filmes produzidos pelas prefeituras, projetos como "Anita Garibaldi" e filmes na bitola super-8.

Na última parte o livro fala dos cineastas catarinenses que alcançaram projeção nacional e internacional, ordenando as filmografias de Silvio Bach, Rogério Sganzela, Marcos Farias, João Caligaro, Ody Fraga e conclui, que todos eles tiveram projetos para desenvolver o cinema catarinense, mas tiveram que deixá-los de lado e sair do Estado para atingir seus objetivos. Será que a história do cinema catarinense termina aí?

ATERRADORA CATACUMBA

CAÊ CASTRO



Cervejinha depois da aula só é possível fora do campus

P.REMÍSIO

Ahl Uma cerveja gelada de-pois de uma aula desgastante numa tarde de calor! Existe vontade mais fácil de satisfa-zer? É só ir ao bar da Dona Nina. Pois é lá no Centro Tec-nológico, o único lugar onde encontramos algum tipo de be-bida alcóolica sendo vendida na UFSC. Temendo que a capacidade

na UFSC.
Temendo que a capacidade dos alunos da UFSC seja afetada, a proibição foi imposta. E a medida foi adotada sem que a comunidade estudantil tivesse sido consultada, justamente numa decisão que afeta diretamente, os alunos.

Nos demais bares da UFSC, o bar do Básico, a Cantina do Convivência, o bar da Medicina e o Natural do Centro de Convivência, a venda não é realizada.

licas e ele nem têm interesse em vender. Já Mauricio, gerente da Can-tina do Convivência, é contra



apenas a venda de bebidas de alto teor alcóolico, como a ca-chaça, por exemplo. Mas a proibição da cerveja é ridícula. Ali, na cantina foi vendido cer-veja preta no horário do almo-co.

Ali, na cantina foi vendido cerveja preta no horário do almoço.

Um funcionário do bar da
Dona Nina, no Centro Técnológico, que não quis se identificar, afirmou que, o bar vende
cervejas, pois é preciso satisfazer a vontade do freguês.

A comunidade estudantil,
que enquanto isso bebe sucos
e refrigerantes, aprovaria, sem
dúvida, a venda e está consciente dos horários de venda.

Nilo Andrade, Presidente da
Comissão dos Bares da UFSC
e dono da Cantina do Convivência e do Bar Natural, afirmou que se a venda fosse, liberada os estudantes permaneceriam dentro da Universidade, já que aqueles que vão
bebericar nos arredores da
UFSC, dificilmente voltam para
as aulas.

Se os forros, coqueteis, reu-

urso, dificilmente voltam para as aulas.

Se os forrós, coqueteis, reuniões e encontros que por aqui ocorrem são regados a álcool, como é que fica a proibição, apenas para os bares?

No dia 2 de junho às 9 horas, na Reitoria da UFSC, a Pró-reitora de Assistência à Comunidade, o Pró-reitor de Administração, a Comissão de Bares da UFSC e a Diretoria do DCE, tinham marcada uma reunião, que acabou sendo adiada. O assunto de pauta seria a liberação de vendas de bebidas alcóolicas após os horários de aulas, nos finais de semana e feriados.

Ao que parece, só "eles" querem continuar bebendo.

JULHO 87

O mago da tela fala de sua pintura

DENISE BEZERRA

Apesar das demolições dos antigos prédios de Florianópolis, que as imobiliárias insistem em subistituir por prédios horrorosos de concreto, existe um mago chaprédios horrorosos de concreto, existe um mago chamado Aldo Beck, que pinta em seus quadros o que está sendo destrudo e magicamente não deixa que morra a memória de nossa cidade. Aclamado por muitos e ignorado por alguns, Aldo Beck é o único artista no estado que se dedica à preservação iconográfica da arquitetura colonial de Florianópolis. Em seus quadros podemos ver como foi a cidade antes dos aterros e demolições, que a descaracterizaram muito. Homem simples e sensível, Aldo Beck pinta desde 1947, mas desenha desde criança. Fiel ao impressionismo é autodidata em desenho óleo aguarela xilo-

nismo, é autodidata em desenho, óleo, aquarela, xilo-gravura e nanquim. Já fez inúmeras exposições, inclu-sive em São Paulo e Curitiba, mas garante que não vai expôr mais. O motivo? Fica muito nervoso com

E um mestre da arte; que nasceu e vive em Florianópolis, mas que há apenas dois anos recebeu o merecido reconhecimento. Muitas lições estão contidas nessa verdadeira demonstração de amor em forma de arte com que Aldo Beck homenageia a Florianópolis atual.

— Como começou sua carreira?

AB - Nunca entrei em escola de pintura e comecei a desenhar quando ainda era criança. Como a escola não dava muito tempo, desenhava nos finais de sema-na. Mais tarde passei para a aquarela. Com a aposentadoria é que eu pude me dedicar inteiramente à pin-

Z — Por que a preferência pela arquitetura de Florianópolis?

AB — Comecei a observar que os antigos edifícios estavam desaparecendo e resolvi fazer uma documentação histórica. Com o progresso, a cidade foi um pouco prejudicada e no lugar dos prédios antigos existem só caixas de cimento. Acho que deviam preservar mais.

Z — Você teve o apoio necessário?

AB — Sim. Fiz muitas exposições, até em outros estados. Apenas uma vez me senti desestimulado e parei completamente por mais ou menos quatros anos, devido às críticas que recebi. A crítica tanto pode ajudar como pode prejudicar e foi o que aconteceu na época. Hoje podem falar o que quiserem, pois eu pinto por

Z — E quanto aos artistas catarinenses de hoje,
 qual a sua preferência?
 AB — Gosto muito do trabalho de Vera Sabino, Átila

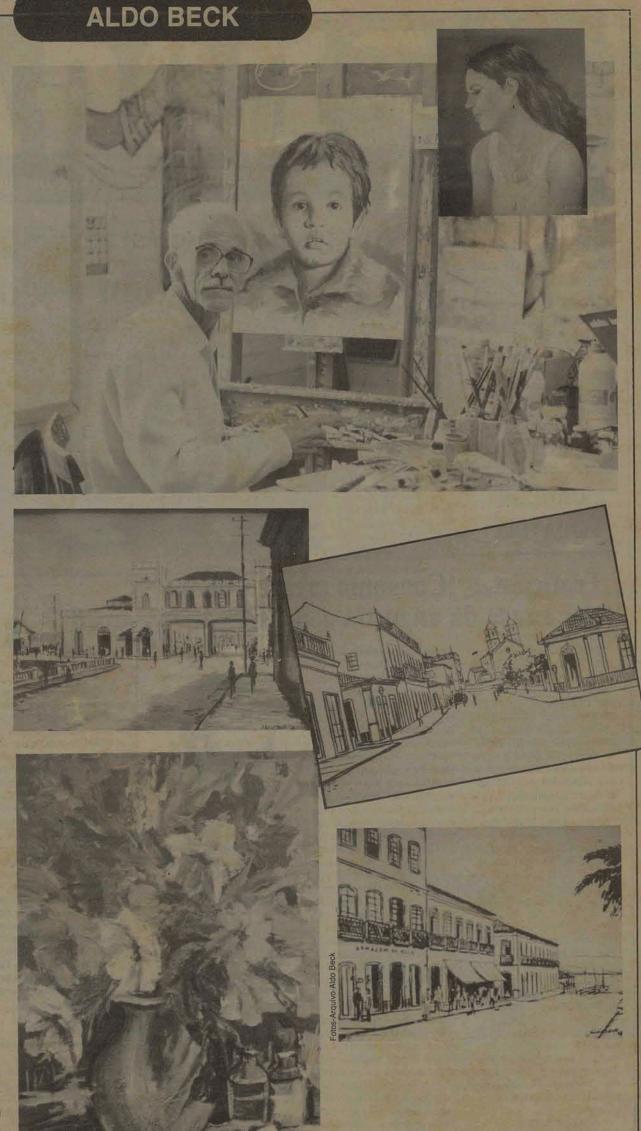
e Prético.

Santa Catarina tem público para este tipo

AB — O meio de cultura evoluiu bastante em todo o estado. Blumenau, Joinville e até Tubarão já têm seus artistas e seu público.

Z — Hoje, um artista consegue viver da pintura em Santa Catarina?

AB — Já foi pior, mas não em muito apoio. Quem está começando agora não consegue mesmo. É mais fácil do que antigamente, até para fazer exposições, mas ainda falta apoio.





Polêmico, o tema divide: os que condenam e os que aprovam. Em quatro depoimentos, as visões de cada um desses elos. E a da antropóloga Jean Langdon

CARLOS LOCATELLI

Traficante: "Consumo cresceu muito por causa da angústia generalizada"

Bebendo uma gelada na mercadoria e recebe por esmesa de um bar, conversei se trabalho uma cota fixa; com um dos "pontas" (traficante), que passam a coca em Florianopolis. Sem ção e finalmente, "o ponidentificar-se, ele esclareceu que não se considera um delinquente, pois sua filosofia difere da maioria dos que estão no comércio das drogas. Além do lucro, ele curte muito as amizades que a transa lhe trouxe ao longo dos doze anos de atividade. Seu grupo é seleto, com aproximadamente 20 usuários, de bom nível cultural, a major parte com curso superior, uma boa posição social e que encaram a cocaína como parte de um conjunto de coisas boas que a vida tem. Ele controla a quantidade que cada usuário necessita e geralmente não fornece doses extras, para "que ninguém se passe". Os compradores são antigos e podem pagar o pó quando recebem seus salários. Para ter uma vida normal, ele mantém um emprego e não

O TRÁFICO

quer aumentar o negócio,

mas já teve oportunidade de

passar "até tonelada", se

Sem falar muito do sistema de tráfico, ele cita os três elementos que estão no final do esquema: o "mula (transportador), que trás a

o "meio campo", que recebe e centraliza a distribuita", que compra a mercadoria do "meio campo" e vende para o usuário. O "ponta", que geralmente também é usuário, é quem mais se arrisca em toda a transação, já que se expôe a um número maior de pessoas ao mesmo tempo. A função do "meio campo" é a mais segura e mais rentável do negócio. A coca, que aporta em Florianópolis pode vir tanto do Rio Grande do Sul, quanto do Paraguai, variando conforme se encontra o "clima na Ilha",

pois é grande a quantidade

que circula e a pressão da polícia é constante Indagado se a transação da droga não é a causadora da violência atual, ele respondeu que essa violência não é fruto dos tóxicos, mas sim do próprio sistema, no qual a droga também está incluída. Para ele, o álcool e o cigarro matam muito mais que a cocaína, e todos sabem disso. Mas a sociedade se recusa a enfrentar o poder político e econômico existente por trás desses produtos, que é infinitamente superior ao poder da



últimos anos "devido a uma angústia generalizada das pessoas em relação ao mundo". "Com a cocaína, a pessoa pode encontrar o equilibrio desejado, ou desequilibrar-se totalmente". Nesse caso "a droga revela apenas uma fraqueza já contida nas pessoas". Para ele, a propaganda negativa montada contra a coca não leva em consideração o trabalho que muitos políticos, intelectuais, artistas e empresários realizam para a sociedade, droga trás. Ele acredita que com sabedoria, tudo pode droga. Ele afirmou que o ser utilizado

consumo cresceu muito nos

Consumidores: "Polícia deveria se preocupar com a violência"

onde o consumo não se reflete na aparência dos que esco- não está afim de agredir ninguém

Eles recorrem à droga para irem a festas, para dormir, ou mesmo para ficarem coçando o saco. Geralmente não usam para estudar, pois ficam viajando o tempo todo. A fume", diz D.C., pois tudo é mais liberal do que no interior. curiosidade foi o que os levou a experimentar pela primeira La, segundo ele, "o uso de coca está em alta, pois da vez, há quatro anos atrás, um velho conhecido de muitas gerações: o lança-perfume. Depois dele, o fumo e o pó. Quero experimentar tudo que estiver por af", diz D.C., mas isso não significa que uma droga sirva de caminho para outras mais fortes, é uma questão de estar a fim". Ele não sabe quando vai parar, mas acredita que seja uma com outras coisas, como a violência, os assaltos, a corrupfase. "Cheiro coca há muito tempo, mas já estou enchendo o saco, e se quiser parar eu posso. A vontade de continuar

O.E., 16 anos, e D.C., 18, são dois jovens boa pinta, é muito grande, mas dá pra parar". Quando notam que vindos do interior para cursarem pré-vestibular. Moram seus hábitos estão mudando, dão um tempo na coisa para num bom apartamento no centro de Florianópolis e usam não fissurarem. O.E., não acredita que o uso de tóxicos maconha e cocaína regularmente. É a nova face da droga, gere violência, porque "dá muita paz interior, e quem viaja

'Aqui em Florianópolis é difícil encontrar quem não status cheirar. É como ter um carro novo, coisa da moda" Aqui eles adquirem a mercadoria com facilidade, pois está em todo o lugar. Quanto ao medo de serem presos, confessam que existe, mas não é um fator que determine mudança de comportamento. "A polícia deveria se preocupar mais ção no governo e não ficar prendendo quem fuma um baseadinho por af", complementa D.C.



O xerife: "Política não pára investigação"

diretor do Departamento Especializado em Investigações Criminais (DEIC), o delegado Elói Gonçalves de Azevedo é também o responsável pelo combate ao tráfico de tóxico em Santa Catarina. Favorável à pena de morte para traficantes, acredita na repressão como forma de evitar o uso de drogas, pois, segundo ele, o tráfico está entre os piores crimes cometidos contra a sociedade. Nessa entrevista, o delegado Elói, que confessa ter entrado na Polícia influenciado pelas histórias de Flash Gordon e Tom Mix, fala como vê o problema das drogas e como

ZERO: Por que você entrou na Polícia?

ELÓI: Eu entrei mais influenciado por certas revistas, era fá do Tom Mix e Flash Gordon, e sempre gostei de investigações ZERO: Como a Polícia vê

ELÓI: Eu considero o viciado um doente. O lamen-

tável é que esses indivíduos nem sempre se recuperam. A maconha, que dizem ser fraca, trás sequelas irreversíveis e o viciado não volta mais ao normal.

ZERO: A polícia distingue o usuário do viciado?

ELÓI: O usuário é quem tem mais chances de se recuperar. Ele para de dar uma "bolinha" quando a Polícia aperta. Se não apertarmos, ele se transforma num viciado, e viciados não existem muitos.

ZERO: Reprimir os usuá-ELÓI: Quando atacamos, os indivíduos se recolhem, porque esse tipo de pressão intimida não só quem acaba preso, mas as pessoas que fazem parte de seu grupo. É uma maneira de se fazer prevenção. Na prática, sabemos que é isso que ocor-

ZERO: Qual a estratégia

utilizada pela polícia? ELÓI: Um policial tenta comprar a droga para confirmar o ponto, e, no momento apropriado, caímos em cima deles.

ZERO: Quais são os principais centros tráficos e consuELOI: As cidades com maiores problemas são Florianópolis, criciúma, Joinville e Itajaí. Elas recebem as drogas através de automóveis que vão buscar fora do estado, ou recebem como encomenda pelos ôni ZERO: Quem distribui as

drogras na ilha? ELÓI: Os donos de deter minadas docas, como o Morro do Mocotó, da caixa d'água, a boca do Gil no Esreito, e outros.

ZERO: E por que a polícia não chega nesses locais?

ELÓI Nós chegams, mas a falta de pessoal e de um delegado só para tóxicos dificultam as operações. Por enquanto estamos improvisando. Outro problema é a quantidade: tem muita droga por aí. Florianópolis é uma das capitais de maior onsumo de tóxicos do país. ZERO: Além do consumo te na distribuição para o res-

meio fora de rota para ser

to do país? ZERO: Mas, justamente ELÓI: Aí eu não sei. Eu posso afirmar que é de conpor estar fora das rotas trasumo, agora se é ponte eu dicionais, a cidade não estanão sei. Florianópolis fica

Elói: pena capital

sam aplicar algum golpe.

local só prende o distribui-

ELÓI: No grande traficante mos chegar. Ele só deixa a mercadoria aqui e desaparece. Então temos de pegálo na hora. Esse elemento que foi preso perto da Assembléia é dos grandes, e com ele foi encontrado além de cocaína, uma lista das pessoas que compravam

ZERO: E voces vão chegar nas pessoas, das listas?

ELÓI: Sim, vou checar todas. A imprensa deu muito destaque quando prendi Gilberto Gil, mas a verdade é que já detive todos os tipos de pessoas. A ivestigação que eu estiver condu zindo, política não pára. ZERO: Como é pago o dedo

duro das organizações de tráfico? Através de favores ou com parte da mercadoria apreendida, já que a polícia também carece de verbas? ELÓI: Nem com favores. nem com mercadorias. Na SSP (Secretaria de Segurança Pública) existe uma verba secreta utilizada para essas coisas. Mas o pagamento é efetuado sempre em di-

ZERO: Prisões como a do

Lobão ou mesmo Gilberto Gil, não são usadas para desviar a atenção pública do elemento central da questão, ou seja, o traficante? ELÓI: Nós, como policiais. temos que reprimir todos, sejam eles traficantes, usuá: rios ou viciados. Não pode-

ZERO: Qual seria a solução para o problema?

mos abrir mão de nenhum

ELÓI: A médio e longo prazo seria atraves da educação nas escolas, pois a criança tomaria consciência do perigo do tóxico. A curto prazo seria necessário equipar a polícia e atacar. Aqui em Florianópolis é preciso uma Delegacia Especializada com no mínimo, 50 homens e cinco delegados. De imediato a única saída é a respressão. Ela tem que ser feita em todos os lugares e sobre todas as pessoas suspeitas, sem distinção algu-

ZERO: O poder econômico das drogas impede ou dificulta as investigações?

ELÓI: Talvez influencie, mas não é o que nos impede de agir. Essa influência não existe aqui, talvez em outros lugares exista.

Lei Seca: repressão não reduziu consumo

Esther Jean Langdon, antropóloga e professora da UFSC, conviveu com grupos indígenas na Amazônia, onde realizou inúmeros trabalhos científicos sobre drogas, alguns publicados nos EUA, México e na Europa. Para ela, o uso de drogas não pode ser excluído do contexto cultural e, nesse sentido, as atitudes em relação a elas são decisões de cada sociedade. Jean observa que o uso de alucinógenos se confunde com a história do homem. As religiões arcaicas, por exemplo, foram baseadas, entre outras coisas, na condição de extase que os alucinógenos trazem. Segundo ela, o uso de drogas entre os indígenas é sagrado e muito controlado. Além disso, há assistência de um Xama, espécie de feiticeiro muito experiente no uso dos alucinógenos, que guia as pessoas durante as cerimônias. "Entre eles não há casos de viciados ou pirados, pois conhecem o que estão usando há centenas de anos", comenta a antropóloga. Os índios com quem ela trabalhou nos Andes usam, além dos alucinógenos para fins religiosos, a folha da coca, para realizarem trabalhos físicos e conter a fome.

"As pessoas estão usando drogas para obterem prazer, e prazer é uma busca constante em nossa sociedade. Os indivíduos se drogam conforme a sociedade propõe e acabam fazendo experimentos em si próprios", explica Jean. Ela crê que a propaganda feita sobre as drogas atualmente, que as associam a comportamentos anormais, contribui muito para que sejam utilizadas de forma absurda. Essa propaganda é perigosa na medida em que os jovens veêm na proibição um motivo de rebeldia, fazendo exatamente que a sociedade previu como resultado do uso de tóxicos. Jean não concorda com a idéia de que a repressão vá conter o consumo, lembrando a Lei Seca nos EUA durante os anos 20, que proibiu a fabricação e comercialização de bebidas alcoólicas, e que gerou o tráfico e o crime organizado. "A repressão deve ser repensada, pois esse método é utilizado em outras áreas problemáticas, sem apresentar bons resultados", analisa a antropóloga. Ela defende uma visão mais realista do problema, e cita o exemplo do estado do Oregnon nos Estados Unidos, onde uma pessoa apreendida com pequena quantidade de maconha ou cocaína, é somente obrigada a pagar uma pesada multa. Essa, segundo ela, é uma nova visão, mas a maneira do mundo encarar a droga não mudou nada. Apenas a preocupação aumentou, com o crescente consumo de cocaína.

"A educação é fundamental para a resolução do problema", diz Jean. "Mas uma educação que não prosba necessariamente e se volte para a informação e pesquisa científica. É preciso dizer a verdade, pois uma realidade pode ser danosa e outra não, afinal o medo não pode transformar a educação em mentira", finalisa a antropóloga.



Barreiras da criação em vídeo

MARIA T. S. CORDEIRO

A novidade do vídeo já faz parte da rotina dos produtores dos grandes centros, mas em Florianópolis, capital do sol e do mar (que com certeza dão "altas cenas", como dizem os mais fissurados por imagem) fazer vídeo é um grande desafio.

Produzir aqui ainda implica em ter que enfrentar muitas dificuldades pois, como em todas as outras atividades culturais, o maior problema é a falta de apoio dos órgãos governamentais e eventualmente, de empresas privadas. Mas estas dificuldades não amedrontam quem realmente está a fim de ver numa fita de VHS suas idéias.

Na área de vídeo em publicidade, o problema não passa só pela falta de apoio, mas principalmente pelo "pão-durismo" das agências de propaganda. Janise da Veiga, gerente da Cena 1, produtora de vídeo, afirma que as agências querem um produto final de ótima qualidade, mas sua preocupação maior se concentra no orçamento. "Elas (as agências) investem muito mais na mídia, porque o retorno financeiro é rápido", diz Janise. A parte que exige mais recursos é a produção de VT que é a locação do estúdio e equipamento de edição. Tudo isso quem faz são as emissoras de TV que possuem o equipamento, o que torna mais cara a produção.

Na área de vídeo em cinema, a história é outra: a intenção maior não é ganhar dinheiro e sim mostrar o trabalho. Charles da Silva, um dos novos participantes e produtores de vídeo em Florianópolis explica:



"No cinema, o pessoal tá preocupado em mostrar o trabalho. No começo só tem dinheiro para fazer curta-

trabalho. No começo só tem dinheiro para fazer curtametragem".

O pessoal que faz vídeo independente usa material em VHS. O ideal é usar U-MATIC, mas é muito caro. Entre os trabalhos já realizados na ilha, vários deles até já participaram de festivais: "Loba", "Duende" (que vai sair ainda), "O Espelho", "Política das Cores" (roteiro de Mauro Faccioni, direção de Angelo Sganzerla, feito para o Partido Verde). As produções de vídeo também estão começando a ser usadas para despertar a atenção da população para os problemas e para o folclore de algumas comunidades do interior da ilha, como é o caso de um grupo de Sambaqui que está fazendo um filme sobre as lendas e magias do lugar.

Charles revela que "todo mundo que trabalha na área de vídeo e cinema tá junto". E esta união só conta

ponto a favor do pessoal. O que importa mesmo é que tenha bastante gente a fim de fazer vídeo em Floripa, só que poucas pessoas têm algum conhecimento técnico adequado, então a solução é promover um curso de cinema para que este grupo possa ter acesso a várias informações e partir com mais conhecimento para campo", sugere.

para campo", sugere.

Mas no fundo, tem uma coisa: tudo é poesia, desde pintura passando por fotografia até cinema também, por que não?

SISTEMAS

Os sistemas usados na produção de vídeo são: VHS, U-Matic e Betamax. As diferenças principais entre eles estão na qualidade da imagem e no custo do equipamento.

O VHS (Vídeo Home Sistem) é o vídeo caseiro, a qualidade da imagem é inferior à do U-Matic e ao Betamax. Porém, o equipamento é mais barato, menor e a disponibilidade de fitas no mercado das locadoras é mais ampla. Já o equipamento de U-Matic é profissional e bem mais caro. A qualidade de imagem, no entanto, é melhor, a bitola é maior e suas câmaras trabalham, com três tubos de imagem. O Betomax, que é fabricado apenas pela Sony tem menos opções de filmes, mas o equipamento é mais barato e também é caseiro, como o VHS.

MERCADO

Os produtores independentes em Florianópolis não vivem apenas de filmes. As opções de trabalho sã inúmeras, como a gravação de festas (casamentos, aniversários, etc) e trabalhos relacionados com os departamentos de relações humanas de empresas (treinamentos). Outra opção é a gravação de vídeo-clips de grupos musicais locais.

Poemas/Monique Van Dressen

Sem poesia

Não tem mais canoa quebrada Não tem mais ninguém em meu quarto Nem bilhete na janela perguntando aonde eu quero chegar.

Não tem mais poesia no caderno Nem certeza, nem tinta no chão. Não tem mais sonho de valsa Nem sonho de samba Nem sonho nenhum.

A busca

Minha mãe me diz que eu sou tão equilibrada...
É nesta corda que eu vou,
procurando em cada neo ou meta
o rosto que vai me jogar no chão.
E cada vez que eu saio de preto
do
não é sério
Estou só brincando de ser desenvolvida...

Existe a alma brasileira?

MILENE CORRÊA

Falando em símbolos nacionais não o selo, o escudo ou a bandeira, mas o samba (que alguns desavisados insistem em confundir com "rumba", e que o diga Zé Carioca), a feijoada e o candomblé, vem-me à cabeça a questão da legitimidade dos seus significados enquanto verdadeiros símbolos nacionais. Ora, se perguntarmos sobre a origem destes símbolos, veremos que os seus criadores são exatamente os negros aquela raça desclassificada, base e braço econômico do nosso Brasil-colônia e, atualmente, base subestimada (aliás, sempre o foram) do nosso Brasil-ainda-colônia. Se o perigo das manifestações coletivas dos negros já não existe, e se elas já não afetam o sistema político e social do pais, devemos isso a mais um tiro certeiro da nossa classe dominante que, ao se apropriar da cultura negra e marginalizada, não o fez por outros motivos que não o de mante-la sob controle e, também, pela sua incontestável falta de originalidade e raízes, que a impossibilitariam de criar uma cultura propria e significativa, mesmo que para isso tivesse um "Horário Cultural Gratuito".



Que todos nós temos, "lá no fundinho", um pouco de sangue negro, é verdade. Mas também é verdade que temos, "lá no fundinho", um pouco de todos (ou quade todos) os sangues: o italiano, o alemão, o português, o índio, o francês. Acaso a polenta, a cerveja, o fado, as penas ou a Estátua da Liberdade seriam símbolos dignos da nossa nacionalidade? Acredito que esse nacionalismo barato, que hoje toma forma alienante, mas que tem fundo essencialmente político, seja mais um escudo (não simbolo) para que a elite se proteja da negritude, do que o líquido mágico da fusão das culturas e raSe o Brasil é vendável (talvez, um dia, venha a ser viável também), muito tem contribuído para isso a exportação do "nosso" samba, da "nossa" feijoada, do "nosso" Carvanal e de outros "nossos" que não são bem assim, até do "nosso" futebol (que não é mais aquele). Será que os negros, "nossos" negros, estariam dispostos a vender suas almas (suas armas), tendo em vista a sua subutilização, ou estariam eles, os desapropriados, rindo de nós, os expropriadores, ao ver-nos tão felizes por termos comprado as suas armas mas, nunca, as suas almas?

Terra para quem trabalha nela

Multis tem 50 milhões de hectares

MILENE CORREA

O Movimento dos Trabalha-dores Rurais Sem Terra é uma articulação de lavradores dentro articulação de lavradores dentro do Movimento Sindical, que têm por objetivo lutar pela terra e pela Reforma Agrária. Ele está organizado em núcleos, comissões municipais e estaduais e possui uma Coordenação e uma Executiva Nacional.

Reunido em Cascavel, no Paraná, em Janeiro de 1984, num Encontro Nacional, o Movimento discutiu e aprovou alguns dos

to discutiu e aprovou alguns dos principios que delinearam a sua conduta e forma de luta. Entre esses principios deve-se destacar a necessidade dos participantes es escalaracar que es são de la constante de luta. pantes em esclarecer quem são os "sem terra" que, afinal, foram definidos como "os trabalhadores rurais que trabalham a terra nas seguintes condições: parnas seguintes condições: par-ceiros, meeiros, arrendatários, agregados, chacreiros, possei-ros, ocupantes, assalariados permanentes e temporários e os pequenos proprietários com menos de cinco hectares". Foi depois deste encontro na cida-



Papanduva: conflito que não deve se repetir

de de Cascavel, quando o Movimento surge como uma articu-lação nacional de trabalhadores lação nacional de trabalhadores sem terra, que se iniciam as grandes ocupações e os acompanhantes, nos Estados onde o Movimento já está consolidado, como é o caso do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Bahia, Maranhão e outros.

A luta pela Reforma Agrária e por uma sociedade justa e igualitária são alguns dos princípios gerais do Movimento, que

se apoiam em compromissos práticos como a sua articulação e seu fortalecimento, a manu-tenção do movimento como ortenção do movimento como or-ganização politicamente autô-noma, a sensibilização da opi-nião pública, a união com a luta dos trabalhadores urbanos e dos indígenas, a busca de apoio nas entidades, sindicatos e na Igreja, a divulgação das suas lu-tas e conquistas, a discussão de formas alternativas de posse e cultivo da terra e a exigência de que o assentamento dos de que o assentamento dos

"sem terra" seja feito nos Estados de origem dos lavradores.

Um dos tópicos que fundamentam o Movimento é o que diz respeito às terras reivindicadas. Dos 850 milhões de hectares da superfície total do Brasil, a área cadastrada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária INCRA é de 570 milhões de hectares, dos quais 400 milhões repartem-se em imóveis latifúndios. Essas são algumas das terras reivindicadas pelo Movimento, além das terras de multinacionais, que situam-se entre 30 e 50 milhões de hectares. Há também a área de terras devolutas pertencente ao Estado que, somadas, perfazem um total de 250 milhões de hectares.

zem um total de 250 milhoes de hectares.

Bem, terra é o que não falta, e, como costumam dizer os líderes do Movimento, "se fosse desapropriado apenas um latifúndio em cada, teríamos um total de cinco milhões de hectares. Distribuindo em lotes médios de 15 hectares, daria para assentar Distribuindo em lotes médios de 15 hectares, daria para assentar 326 mil famílias de trabalhadores sem terra". Convém lembrar, no entanto, que os grandes proprietários e mesmo o Estado, não estão dispostos à entregar suas terras tão facilmente. De 1982 até hoje, conforme levantamento efetuado a partir dos arquivos da Comissão Pastoral da Terra e do Movimento Popular, já foram assassinados quase quatrocentos lavradores que lutavam pelo direito à terra e, afinal, pelo direito à vida. e, afinal, pelo direito à vida.



Bulhufas. conservadora moderada

FRANCISCO LINS

A conclusão do trabalho das 24 subcomissões é a primeira etapa do processo constituinte, ou seja, o es-boço da nova Constituição, que tem o seu desfecho previsto para 15 de

Se os anteprojetos das subcomissões fossem consolidados num texto único, ele teria uma parte de grandes avanços reformistas e outras de centro- direita. Os progressistas triunfariam nas subcomissões que tratam da ordem social, do trabalho e da participação dos cidadãos. O centro e a direita ganhariam nas questões referentes à ordem eco-

A esperança dos brasileiros, de ter uma carta constitucional com as reformas desejadas, vai diminuindo com o desenrolar dos trabalhos. A divisão interna do PMDB contribuiu para isso e a palavra de ordem agora é negociação. O líder do PMDB na constituinte, senador Mário Covas, diz que ainda é cedo para dizer se a constituição vai ser progressista ou conservadora. "Tudo vai depender da capacidade de negociação", conclui. ciação", conclui

O quadro demonstra que, para a esquerda conseguir vitórias em algumas áreas, terá que ceder espaço para a direita em outras, principalmente na Comissão da Ordem Econômica. O líder do PCB, Roberto Freire, resume a questão: "Eles ganham no capital e nós no trabalho".

Consenso, conciliação, negocia-ção: palavras tão pronunciadas na Assembléia Constituinte, levam o povo a temer pelo resultado final dos trabalhos. As reformas deseja-das pela maioria dos brasileiros, dará lugar ao espírito conciliador, de-fendido por Tancredo Neves ou fica-rão restritas ao "lobbysmo" indisfar-çado e conservadorismo imobilista?

Da euforia à miséria em dois anos

CLARISSA SANTOS

Dívida externa, moratória, superávit comercial, déficit público, são alguns dos vocábulos integrantes da nomenclatura atual divulgada através dos meios de comunicação. O que significa essa terminologia, afi-

Há quem diga que o montante da divida cresce a cada dia, mas quais são suas causas e consequências? De que maneira isto afeta a vida do brasileiro?

A história da dívida pode ser analisada através da própria historia do país. Ela teve início no Império, pois, segundo os li-vros escolares, D. João VI lite-ralmente limpou os cofres brasileiros. Transferindo a riqueza tupiniquim ao tesouro português, o rei obrigou o Brasil a contrair seus primeiros empréstimos, confinando o país ao seu destino de devedor.

Desde aquele tempo, a responsabilidade da dívida vem sendo administrada com cumplicidade pelos sucessores de D. Pedro I. A construção de Bra-sília, Itaipu, Tucurul, Complexo de Urubupungá e as Usinas Nu-cleares de Angra dos Reis, são alguns dos exemplos que contribuíram substancialmente para ampliar a divida externa.

O Brasil deve hoje ao FMI cerca de US\$ 1 bilhão referente aos juros mensais, que deverão ser pagos até o final do ano.
Mas, quem paga? O próprio
presidente Sarney afirmou, num
discurso de 1985, que a dívida
externa não poderia ser paga com a "fome do trabalhador Naquela época, provavelmente, o atual sucessor do ex-Príncipe-Regente estava prevendo a situação financeira atual, pois o arrocho salarial, aumento de Imposto de Renda e pacotes e mais pacotes econômicos são sinônimos de menos dinheiro no bolso do trabalhador.

Durante o ano de 1986, o país vivenciou a euforia causada pe-



lo Plano Cruzado. A partir de março-abril, a grande maioria da população resplandesceu e O governo conseguiu estimular as exportações e, atualmente tenta conter a demanda do mercado interno adotando um arro-cho salarial sem precedentes na história do país.

desatou a comprar. Esse superaquecimento na economia interna refletiu na balança comercial. Produtos de primeira necessidade, como gêneros alimentícios, começaram a escassear. A solução mais imediata foi a importação. Ora, isso interferiu negativamente nos planos do governo, onde a ordem sempre foi exportar, já que a cada ano o Brasil batia recordes em sua balança, fechando-a sempre com superávits comerciais, provocados justamente pelo volume de exportações, e que tinham como finalidade única tentar pagar alguma coisa dos juros da dívida.

Mas, e quanto ao povo? A explicação cabível caiu em torno da palavra ESPECULAÇÃO. Nem sequer cogitou-se falar em recessão, pois o país estava passando por uma época de ouro, na aparência.

O descongelamento dos preços marcou o fim do sonho corde-rosa, e o monstro da inflação voltou a tormentar a vida dos brasileiros.

HUNUR

Contorcionismo

cerebral

A verdade é que há várias concepções enganosas para esclarecer o contorcionismo cerebral. Partindo do direcionamento do acúmulo, envolvendo-se em um cu-nho teórico incipiente, a visão que se vê não é bem por ai. Com o ad-vento do potencial revolucionário e da heterogeneidade, a questão de equívocos ampliou-se. Hoje já se estabelece essa mediação, graças a um acúmulo histórico. O mecanismo filosófico aliado a questionamentos e interpenetrações, trouxe à questão do símbolo uma vertente para clarear. Esta vertente nada mais á do que tente nada mais é do que o motor histórico, o avivar das contradições que capotava para o rural.

Justamente dentro deste impasse, sob os auspícios da identidade simbólica, a construção é super delicada em dois aspectos: o patati-patatá e o esforço unilateral. A nível imeditato, o raciocínio lógico da sociedade funcional jogou os elementos na panela. Qual o gancho? O ponto de

evolução e o de ficção mostraram que a polarização das forças perdeu com mais produtividade. Os aliados naturais existem, não se pode negar. Neste vai-e-vem tão distinto quanto parece, a questão da viabilidade é de um todo uniforme. A barreira do telegráfico nos mostrou uma visão apocalíptica do inconsciente coletivo.

Com esta sedimentação do ponto de vista apocalíptico, surge uma razão olhística para uma coisa que parecia ser meio feudal. O momento de baixar o cacete, a sístole e a diástole, permeiam-se e leviatãs nos apoiam numa escala axiológica de raças. Neste axiologismo, o monolítico faz com que laços sejam desenlaçados em cima do estereótipo. Contudo as raízes históricas do contexto atual da realidade conjuntural fizeram do bem possível um mal necessário. É aí que o valor de uso tanto quanto o valor de troca têm revelado o eu histórico social, criando o potencial de lucro. (R.C.V.)

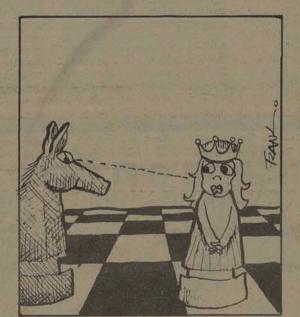
Se você sorriu, ótimo. Caso contrário, os "culpados" são Dauro Veras e Rubens Chaves Vargas (textos) e Frank Maia (desenhos). O diagramador prefere não ser perseguido pelo campus...











Pára-choque

A vida e o jogo de xadrez: grandes batalhas onde os reis nunca morrem e os peões dos exércitos lutam na linha de frente, como marionetes, destruindo-se uns aos outros. O xadrez e a vida estão cheios de "quadrados", que inutilmente alternam suas cores na tentativa de não parecerem tão iguais. No jogo, as peças brancas têm o privilégio de iniciar a partida, em detrimento das pretas num flagrante "apartheid". A dama,

apesar de sua força, é escrava do rei e está sujeita a ser comida por todas as peças, indiscriminadamente. É um verdadeiro estupro. Até mesmo os representantes eclesiásticos — os bispos — tomam parte dessa orgia, na qual também entram garanhões insaciáveis, os cavalos. A vida não é fácil... Está sempre nos pondo em xeque. Mas o gostoso é que também temos torres para encastelar nossos sonhos, temos rock, e mate com limão. (D.V.)

Camisinhas Trindade

Nos dias de hoje cuide-se Evite a promiscuidade Camisinhas Trindade

P10

O perigo se alastra No campo e na cidade Camisinhas Trindade

Não tira o prazer Não afasta o casal Relacionamento normal

Viva com Camisinhas Trindade Pode gozar à vontade



CULTURA

O difícil aprendizado de música

ANA LAVRATTI

A música não é a vida real e nem sequer seu reflexo. A música é, por si só, criadora, cria sua própria vida, ultrapassando os limites do tempo

Você já imaginou a vida sem mu-sica? Não? Más esta proposta não é inviável. Está cada vez mais difici frequentar uma escola de música ou sobreviver dessa arte no Brasil.

Em Florianópolis há escolas ca-pacitadas para a formação de proissionals, como é o caso da Univer sidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC) e da OPUS. A UDESC tem como proposta, na área de artes, estimuar, apoiar e promover o acesso aos bens culturais, e preservar seus va-lores através de manifestações ar-tísticas. A Escola de Música do Cen-tro de Artes da UDESC, com nove pianos e 220 alunos, tem sempre suas vagas preenchidas, geralmen-te com um ano de antecedência. O motivo dessa procura é o excelente nível dos professores e a mensa-lidade de apenas Cz\$ 183,90 com a possibilidade de 80% de desconto caso o aluno não possa pagar

A UDESC oferece cursos de violino, flauta, piano, violão, oboé, sax, clarinete, flauta transversa, violoncelo, canto, coral, todos acompa-nhados de teoria musical. A profes-sora de iniciação à música, Diva Besen, acredita que os alunos que não têm interesse gradualmente vão desistindo. Durante o mês de maio a UDESC promoveu quatro encon tros denominados Momentos de Vi lla-Lobos, em comemoração ao centenário de nascimento do compositor. Os alunos se apresentaram e a participação foi aberta ao pú-

As escolas particulares têm como pior adversário a crise financeira. A OPUS, por exemplo, esse ano aptou por um "saneamento". Está tra-balhando com um menor número de professores, porém, com mais alto nível de ensino. Um de seus direto-res, Luiz Ekke Moukarzel, afirma que a OPUS não tem fins lucrativos. A mensalidade da escola, que é Cz\$ 600, fica dividida em 70% para os professores e 30% para a escola pagamento de funcionários, aluguel do prédio, etc. Um fator que gera desistência dos alunos é o elevado preço da mensalidade. Devido à conjuntura do país, o ensino de música não recebe subsídios o que impede a concessão de bolsas de

estudos, mesmo para os alunos esforçados e talentosos.

A OPUS oferece cursos de piano,
técnica vocal, dicção e violão popular, todos com certificado registrado
na Secretaria de Educação. Mensalmente, a OPUS promove uma
semana de aulas coletivas endo os semana de aulas coletivas, onde os alunos apresentam sua música junto com filmes e slides. No primeiro encontro que realizou-se dia 26 de maio, foram feitas homenagens a Villa-Lobos pelos alunos de canto da professora Terezinha Simas Aguiar. Esses encontros são importantes para a conscientização dos alunos de que um bom músico necessita de muito investimento, temAqui, as opções de ensino para uma profissão desvalorizada. Situação que alguns músicos querem mudar.



Músicos querem público mas também sua carta sindical

po e técnica, todos requisitos que as escolas de música particulares preencher em razão de suas limita-ções e propostas. Na opinião da professora Terezinha, que estudou música na Europa durante sete anos e está entre as melhores mes tras de canto do sul do país: "talento é imprescindível, mas sem muito esforço não se forma um bom profis sional". Uma frustração de Terezi-nha é ver seus alunos com ambições profissionais, serem desestru-turados quando se defrontam com a realidade do músico no país

A música no Brasil é um grande negócio, menos para o músico, no que se refere à remuneração. Ge-ralmente são oferecidas "gorjetas" para a apresentação de um músico que, por sua vez, tem que trabalhar muito para sobreviver e fica sem tempo para praticar sua própria téc-nica. Terezinha sugere a organiza-ção de encontros musicais em Florianópolis para valorizar o potencial artístico-cultural dos músicos catarinenses e proporcionar a troca de

A Escola de Música Hélio Amaral, dirijida por Maria Luíza Amaral, conta com aproximadamente 80 alunos de sete à 62 anos. Para aperfeiçoai os alunos de piano, a escola traz mensalmente, do Rio de Janeiro, o pianista Luiz Henrique Senise, que dá aulas de técnica e interpretação

Na opinião dos diretores das es colas, a música tem muita procura, mas a rotatividade nas escolas é mais a rotatividade nas escolas e muito grande. Da mesma forma que entra, muita gente abandona as aulas por diversas razões — estudos, vestibular, proibição dos pais, emprego e outros motivos.

A existência de professores que ministram aulas em suas casas ou pas casas dos alumos devesos a

nas casas dos alunos deve-se a dois motivos: professores que não querem dividir a mensalidade do aluno com a escola, ou professores não capacitados que não conseguem emprego nos conservatórios As vezes os professores fazem cursos nas escolas, que não oferecem curriculo completo, e já saem dando aulas. Assim, são professores sem preparo que enfrentam alunos

igualmente despreparados. Estes, por sua vez, dificilmente encaram a música clássica como o básico para se tocar qualquer tipo de música, escolhendo na maioria das vezes o processo contrário. Querem tocar jazz, popular, menos música erudita que exige maior rigor técni-co. O ideal, porém, seria que os alunos procurassem conservatórios que têm papel importante na divul-gação da música. Existem escolas na cidade que já tem condições de buscar um maior profissionalismo mas isso esbarra na falta de apoio e de pessoas especializadas

Há também a ausêmcia de instituições que levem a sério a divulga-ção da música erudita. Existem pequenos grupos de pessoas interes sadas, que frequentam concertos ou assistem a apresentações de coros, mas o público atingido é pe-

Além disso, a profissão de músico é pouco reconhecida. Muitos acham que música não é profissão porque os músicos gostam do que fazem, porém esquecem que o ideal é to-dos trabalharem com o que gostam.

E urgente que os músicos tomem consciência da força de sua perso-nalidade cultural.

LUTA PELA ASSOCIAÇÃO A Ordem dos Músicos do Brasil, com 35 delegacias em Santa Catarina é uma entidade governamental para fornecer carteira profissional e tem caráter essencialmente fiscali-zador. Em Santa Catarina há 11.528 músicos registrados entre os quais 3200 estão na capital. A OMB funciona em Florianópolis desde 1962 e é vinculada ao Minis-tério do Trabalho. Ano passado foram feitas 455 provas para se filiarem à OMB, e 253 foram reprova-dos. Como a ordem só oferece aos seus fillados um advogado para so-lucionar questões jurídicas, os mú-sicos de Florianópolis movimentaram-se novamente e estão bata-lhando para requerer a carta sindical junto ao Ministério do Trabalho, para transformar a Associação Proissional dos Músicos da Grande Florianòpolis em sindicato. Houve uma nova eleição da diretoria e para presidente foi eleito Luiz Moukarzel, que quer a adesão do maior número de participantes possíveis na Associação, para que ela se torne cada vez mais forte.

ESCOLA GRATUITA

Uma opção para quem quer aprender música é o Centro Suzuki de Florianopolis que apoia o Projeto Espiral, um programa de INM/FU-NARTE que se destina à formação de instrumentistas de cordas. Em Santa Catarina o Projeto Espiral é mantido pelo Governo do Estado através da Fundação Catarinense de Cultura. Totalmente gratuito, o método Suzuki desenvolve uma filo-sofia de educação através da música e quer ser um fator de integra-ção familiar. É uma atividade ultracao tarmilar. E uma anvioace ultra-moderna trazida do Japão pelo maestro e professor Carlos Alberto Angioletti Vieira e ja conta com três orquestras, divididas por niveis. Carlos Alberto recebe da Fundação Catarinense de Cultura uma pequena quantia mensal para ministrar aulas aos 80 participantes da Or-questra Espiral Suzuki e é auxiliado por seis monitores que ele mesmo

A maioria dos alunos de música de Florianópolis não tem ambição profissional. Estudam por "hobby". Os poucos que preocupam-se com a profissionalização apresentam suas frustrações: falta de garantia que justifique toda a dedicação necessária e o futuro incerto do mú-sico profissional, Estudar música no Brasil ainda é uma questão de amor

Lia Rejane, musicoterapeuta do Rio de Janeiro, acredita que atividades musicais ou uma educação musical bem feita deveriam ser parte do ensino básico de todas as crianças, porque a música é altamente terapêutica.

ESCOLA DE ARTES NA UFSC

A hipótese de formação de uma escola de artes na UFSC é facil-mente descartada. Os motivos são simples: falta de espaço físico, falta de verbas, falta de professores graduados e falta de apoio do Reitor que acredita que a UDESC é sufi-ciente para suprir a procura na área.

"Economia mata mais que polícia"

Os 12 anos de exílio não silenciaram o intelectual

CARLOS LOCATELLI

Separar um homem de sua terra natal, de seus laços culturais, políticos e humanos é um castigo duro, talvez pior que a própria prisão. O escritor e jornalista uruguaio Eduardo Galeano viveu essa experiência durante doze longos anos. Primeiro foi a expulsão de seu país, depois da Argentina onde havia sido recebido. Nos dois casos pelas ditaduras militares. Sua atuação destacada no combate à opressão, através de sua atuação jorna-lística, fez dele um alvo constante dos ditadores. Galeano foi perseguido por defender a

res. Galeano foi perseguido por delender a verdade.

Aos 14 anos ele desenhava para o semanário El Sol, do Partido Socialista. Depois, foi bancário. Aos 20 anos, abandona o emprego e vai para Buenos Aires trabalhar na revista Che. A experiência durou pouco, pois a polícia argentina fechou a revista porque ele apoiou uma manifestação de ferroviários grevistas. De volta ao Uruguai, ele participou do jornal Epoca, que também lutava pela liberdade de expressão. Nesse período, era comum ele e os outros editores do jornal amamum ele e os outros editores do jornal ama-nhecerem presos. No iníco de 73, a convite de Fico Vogelius, Galeano retorna a Buenos Aires para dirigir a revista *Crisis*, recém fundada. Crisis foi o motivo que levou o govermo militar argentino a repetir, em 1976, a atitude dos comandantes uruguaios em 73: Galeano estava novamente exilado. Da Argentina para a Espanha, de onde retornou, há dois anos para Montevidéu, beneficiado pela anistia do governo atual.

Crisis

A revista Crisis, fundada em fevereiro de 73, queria devolver as palavras às pessoas. Uma palavra que havia sido tirada por um sistema que desprezava os indivíduos. Ela publicava poemas, contos, desenhos, relatórios e reportagens sobre os mais diversos assuntos que interessassem à coletividade. Do petróleo às comunicações, do ensino mentiroso de História nas escolas, até as denúncias de multinacionais, que vendiam produtos e ideologias. Logo após o golpe militar de 76, o governo publicou o novo Código de Censura. Estavam proibidas as reportagens, Censura. Estavam proibidas as reportagens, as entrevistas e as opiniões não especializadas. Para *Crisis* era o fim. Depois de pouco mais de três anos e muito sucesso, a revista fecha em julho no mesmo ano de golpe. Mas foi enterrada em pé, como sempre viveu, segundo seus editores Veias Abertas

Antes de escrever o seu principal livro: As Veias Abertas da Améica Latina, Galeano havia percorrido muitos países do continente. Esteve no Chile, na Nicarágua, e presenciou a pior crise da revolução cubana, no fim dos anos 60. Ele estudou muito, baseou-se em dados reais e conseguiu escrever um livro brilhante. A pobreza dos homens, o colonialismo, o capitalismo, o problema da terra, e muitos outros são abordados de forma clara e objetiva. Curiosamente, o livro foi traduzido primeiro para o espanhol, italiano, holandês e até para o turco, para depois ser traduzido para o português, apesar dos problemas es-truturais brasileiros também serem tratados na obra.



Galeano: "Medo é inimigo da liberdade"

"Imprensa mente não só pelo que fala, mas pelo que cala"

ANALÚ ZIDKO

"Devemos resgatar cultura indígena, que nos dá chaves muito importantes para construir um mundo diferente desse mundo, cada vez mais parecido com um campo de concenvez mais parecido com um campo de concentração..." a frase é do escritor e jornalista uruguaio, Eduardo Galeano, que conversou mais de duas horas com o público que se aglomerou no Plenário da Assembléia Legislativa, dia 9 de junho passado. Galeano, que é autor do livro "As Veias Abertas da América Latina", veio a Florianópolis atendendo convite do Centro Acadêmico Livre de Letras (CALL) e do Núcleo de Estudos Latino-Americanos (NELA)

Não houve a tradicional exposição inicial e o escritor propôs-se a um bate-papo com o público. Lembrou que as preleções "invariavelmente são chatas COLONIALISMO

Questionado quanto a capitalismo e socialismo na América Latina, declarou que "o socialismo já é praticado em nosso continente: as perdas são socializadas e os lucros privati-

zados". Quanto ao capitalismo, comentou ser ele "um produto de importação", pois não foi criado pelos índios e sim trazido pelos colonizadores, que o implantaram aqui na América, sendo portanto, um sistema estranho a nós. Um estrangeiro. Galeano foi enfático quando falou da cultura da América Latina, afirmando que "fomos programados para copiar" e que no nosso meio há uma total submissão à cópia e a criação é alienada. Para ilustrar suas colocações, ele citou como exemplo os nossos artistas continentais, que não são valorizados em seus países de origem por serem do povo e retratarem esse povo, ao invés de se sujeitarem às regras estéticas do primeiro mundo. Para o escritor, existe um esquecimento quase compulsório da cultura popular: é que nós somos "ecos de outras vozes e sombras de outros corpos". Essa cultura importada, adicionada ao medo — que permanece mesmo depois do fim das grandes ditaduras, sob a capa da censura, e os sonhos que são as constituições —, impedem a libertação da grande massa latino-americana.

"Quem tem o poder tem a palavra, senão não teria o poder" assim Galeano definiu imprensa, imprensa alternativa e sua função na América Latina. Criticou os meios de comuni-cação que mentem "não só pelo que falam mas pelo que calam", e ressaltou a impor-tância de um mercado alternativo que rachasse o muro e, se infiltrando através dele, pudesse revelar o que nos é omitido pela grande imprensa. Deixa claro, porém, que as possibilidades de mudanças no campo social, através de um jornalismo independente e contestador, são muito pequenas. A imprensa esquerdista, por ser muito "difícil de ser engolida", é sempre muito censurada. A censura invisível, na sua opinião é a pior, pois ela não é imposta por nenhum regime: existe "per próprio peso das coisas". Estamos acostumados à uma sociedade que marginaliza a mados à uma sociedade que marginaliza a maioria de seu povo no acesso à cultura.

ALERTA

Para Galeano é preciso haver um equilíbrio, nos países que se dizem democratas, entre a economia e o sistema de relação entre pessoas. Alertou que a "economia na América Latina mata mais que a polícia, que já mata muito". Quanto ao Brasil, Galeano o coloca entre os países onde ainda persiste um sistema escravocrata, e compara a situação de multidões de trabalhadores marginais, submetidos à um regime capitalista, à situasubmetidos à um regime capitalista, à situa-ção do escravo. Para ele, a realidade surrea-lista do país retrata o que acontece no resto da América Latina. Uma América tomada pelo medo, um temor que existe dentro de cada um, de agir, de ser, de transformar, de se transformar. "O medo é inimigo da liberdade e parente muito próximo da morte

Ao final do encontro, Galeano relatou o triste fim de muitos livros e jornais existentes no Brasil, todos convertidos industrialmente em papel higiênico: "Isto é o que a América faz pela sua memória"

Além de "As Veias Abertas da América Latina", sua obra smais famosa, foram publicados outros seis livros de Eduardo Galeano no Brasil: A Caça de Nossa Gente, Dias e Noites de Amor e de Guerra, Memórias do Fogo, Nascimentos e Vagamundo, pela Editora Paz e Terra; As Caras e as Máscaras pela Nova Fron-teira; e A Pedra Arde pela Loyola. A Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina dispõe so-mente de quatro títulos: A Pedra Arde, e As Caras e as Máscaras, Dias e Noites de Amor e de Guerra e As Veias Abertas da América Latina. (C.L.)